



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11588 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

**POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS DE RECORTE ÉTNICO RACIAL PARA DOCENTES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL: UMA PERSPECTIVA METODOLÓGICA DE ANÁLISE SISTEMÁTICA ENTRE OS ANOS DE 2015 A 2021.**  
 Jacklady Dutra Nascimento - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados  
 Regyna Kleyde de Holanda Duarte - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

**POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS DE RECORTE ÉTNICO RACIAL PARA DOCENTES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL: UMA PERSPECTIVA METODOLÓGICA DE ANÁLISE SISTEMÁTICA ENTRE OS ANOS DE 2015 A 2021.**

## **INTRODUÇÃO**

A produção científica tem aumentado consideravelmente no Brasil, reflexo da expansão de pós graduações no Brasil, assim, precisamos fazer um levantamento do que fora produzido para dar fundamento e relevância social e acadêmica no avanço do campo científico. Desse modo, neste estudo pretendemos desenvolver uma perspectiva metodológica de uma revisão sistemática de produções consolidadas sobre cotas com recorte étnico racial, notadamente produções sobre a lei 12.990/2014.

Em 2014, na tentativa de reparação sócio histórica o Estado brasileiro cria a lei 12.990/14, que reserva 20% das vagas em concursos públicos federais para negras(os) e pardos(as), entende-se por políticas públicas de recorte étnico racial do ponto de vista do Estado, determinadas medidas de combate ao fenômeno social do racismo, manifesto nas diversas formas de discriminação racial. Como afirma Arabela Campos Oliven, pode-se tomá-las como “um conjunto de políticas públicas para proteger grupos que, em uma determinada sociedade, são ou tenham sido discriminados” (2009, p. 66). Desse modo visam romper barreiras que impedem certos grupos acessarem as universidades, mercado de trabalho e/ou outras posições e espaços de poder e visibilidade.

Desse modo, tal estado de conhecimento é relevante pois faz um levantamento das produções sobre a lei 12.990/2014 de institucionalização recente. Entendemos o presente como um levantamento teórico consistente, segundo Morosini e Fernandes (2014) se constitui na: “[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo” (p. 102), congregando para isso periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica.

## **PERSPECTIVA METODOLÓGICA: REVISÃO SISTEMÁTICA**

Esta revisão sistemática foi realizado em bases de análises em periódicos na área de educação e bancos de teses e dissertações, entre os meses de agosto e novembro de 2021, utilizando pesquisa avançada e os seguintes descritores: <<cotas>> e <<docentes>> e <<lei 12.990/2014>>. Utilizou-se ainda do filtro relacionado ao lapso temporal entre 2015 a 2021. O levantamento foi realizado portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, bem como o da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A escolha dessas duas bases foi consolidada pois as mesmas são referência em pesquisa no Brasil, concentrando revistas qualificadas. Ademais, a intenção era mesclar produções relativamente rápidas, como artigos, com produções mais vagarosas, como teses e dissertações.

Foi preterido os descritores <<cotas>> e <<professores>> e <<federal >> por apresentar 150 resultados nos quais apresentam cotas para alunos e não para professores nas Instituições Federais. Portanto, o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no sistema de busca avançada fora utilizado os descritores: <<cotas>> e <<docentes>> e <<lei 12.990/2014>>, identificados no geral 06 (seis) artigos, entre os quais foram descartados um pelo critério de não nacional

Já na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, utilizando os mesmos descritores, foi encontrado 05 (cinco) publicações, das quais duas foram descartadas, a primeira pelo critério não repetição, a segunda, pelo conteúdo, pois tratava-se de uma dissertação sobre acesso por cotas na polícia federal, estabelecendo nossa análise em 02 (duas) teses e 1 (uma) dissertação, esta última descartada por tratar de lei Estadual que assegura acesso de servidores públicos no estado do Paraná. As publicações correspondiam produções entre s anos de 2015 a 2021.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Desse modo, na sequência da triagem podemos caracterizar as seguintes publicações:

Quadro 1 – Caracterização dos estudos

Título
--------

<p>Concursos públicos para docentes de universidade federais na perspectiva da Lei 12.990/2014: desafios à reserva de vagas para candidatas (os) negras (os)</p> <p>Mello e Resende (2019)</p>
<p>Educação, Democracia e Inclusão social: uma análise sobre a efetividade da lei de cotas para negras(os) em concursos docentes nas Universidades Federais</p> <p>Palma (2019)</p>
<p>A interseccionalidade nas políticas de ação afirmativa como medida de democratização da educação superior</p> <p>Auad e Cordeiro (2018)</p>
<p>A Política de cotas étnico-raciais para concursos públicos de ensino superior</p> <p>Pena, Friedrich e Silva (2016)</p>
<p>Cotas raciais em concurso público: o ingresso na carreira docente</p> <p>Faria (2016)</p>
<p>Reserva de vagas para negros e pardos: concursos públicos para docentes do Instituto Federal de Alagoas</p> <p>Nunes e Marques (2016)</p>
<p>Racismo Institucional e afro-brasileiros: o caso do Instituto Rio Branco</p> <p>Almeida (2016)</p>

**Fonte:** Elaboração própria, 2022.

Na tentativa de efetivarmos uma sumarização dos levantamentos feitos neste trabalho, constatou-se, dialogando com os resultados obtidos, que a maior parte das produções acadêmicas versa sobre o acesso de docentes ao serviço público federal através da lei de cotas 12.990/2014, tem a concentração na área de educação no ano de 2019. Tais dados podem ser explicados pelo fato da lei que determina cotas para acesso ao serviço público federal ser recente, e o descritor/filtro utilizado na pesquisa conformava a palavra docente, restringindo à área de Educação as produções encontradas. Em relação a produção por Estado/distrito observou-se duas produções sobre o tema em Brasília, talvez pela tradição do distrito federal em inaugurar a política de ação afirmativa em cotas com o critério exclusivo étnico racial.

Os principais temas abordados versavam sobre avaliação da política de cotas com recorte étnico racial, a sub representatividade das vagas, a constitucionalidade da lei, a identidade docente cotista, acesso ao Ensino Superior e a interseccionalidade, acesso aos Institutos federais como cotistas docentes e Racismo Institucional.

Analisando o aporte metodológica das produções triadas todas usaram a pesquisa bibliográfica e documental, e especificamente, as que avaliavam o sistema de cotas, analisaram os editais e jurisprudências identificando fatores de mitigação da efetividade da lei.

Algumas dificuldades e projeções para efetivação das políticas públicas de ação

afirmativa de recorte ético racial, notadamente a lei 12.990/2014, foram observadas, sobretudo na tese de fendida por de Palma (2019) que aponta cirurgicamente que tal política está consolidada em uma insuficiente regulamentação legal, há uma subrepresentatividade da disponibilidade de vagas prevista no sistema de cotas pelo fracionamento dos editais, e ainda aponta como fragilidade, a fiscalização e determinação de sanções em relação às comissões de heteroidentificação. A dissertação de Almeida (2016) destaca-se por relatar a ainda pequena quantidade de estudos e publicações sobre o racismo institucional brasileiro.

## CONSIDERAÇÕES

As políticas de ações afirmativas, com recorte étnico racial, ainda são vistas como problemática pela literatura produzida, haja vista, que carece de efetividade. Questões relacionadas a má interpretação da lei acarreta a sub representatividade do quantitativo de vagas, o fracionamento das mesmas, bem como relata-se extremamente controversa as questões relacionadas às exigências dos editais e as comissões de hetero identificação.

Os resultados apontaram que a produção acadêmica é restrita à avaliação da política, notadamente a quantidade de vagas e a manutenção subrepresentatividade, sem contemplar objetivos outros dessa política, quais sejam: promover a diversidade dentro das instituições públicas; ascensão de minorias sociais em posições de prestígio; rever práticas institucionais.

Este trabalho não esgota as pesquisas sobre esta temática, pelo contrário, informa a necessidade de maiores produções sobre um tema polêmico e de difícil solução, apontando ainda vazios epistemológicos sobre tal assunto, até por que, a lei aqui revisitada tem vigência recente de 2014.

**Palavras-chave:** Cotas. Docentes. Lei 12.990/2014.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jun. 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/112990.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112990.htm). Acesso em: 17 jun. 2021.

CARVALHO, T. R. de. **Políticas de promoção da igualdade racial na rede municipal de educação infantil de Florianópolis/SC**. 2013. 267f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/30243/R%20-%20D%20-%20THAIS%20REGINA%20DE%20CARVALHO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 jun. 2021.

MARÇAL, J. A. **Política de ação afirmativa na Universidade Federal do Paraná e a formação de intelectuais negros(as)**. 2011. 195f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em:

[http://www.ppge.ufpr.br/teses/M11\\_Jos%C3%A9%20Antonio%20Mar%C3%A7al.pdf](http://www.ppge.ufpr.br/teses/M11_Jos%C3%A9%20Antonio%20Mar%C3%A7al.pdf).  
Acesso em: 17 jun. 2021.

MELLO, L.; RESENDE, U. P. de. **Concursos públicos para docentes de universidades federais na perspectiva da Lei 12.990/2014: desafios à reserva de vagas para candidatas/os negras/os.** *Sociedade e Estado*, v. 34, n. 1, p. 161-184, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/23925>. Acesso em: 17 jun. 2021.

MOROSINI, M. C., & FERNANDES, C. M. B. (2014). **Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções.** *Educação Por Escrito*, 5(2), 154-164.  
<https://doi.org/10.15448/2179-8435.2014.2.18875>

NUNES, V. G. A. L.; MARQUES, V. T. Reserva de vagas para negros e pardos: concursos públicos para docente do Instituto Federal de Alagoas. *RELACult*, v. 2, n.esp., p. 937-946, 2016. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/381>. Acesso em: 17 jun. 2021.

OLIVEN, Arabela C. **Ações Afirmativas na Universidade federal doo Rio Grande do Sul e seu significado simbólico.** *Revista do Centro de Educação da UFSM educação Santa Maria*, v. 34, n. 1, p. 65-76, jan./abr. 2009.

PALMA, V. C. L. C. F. da. **Educação, democracia e inclusão racial: análise da efetividade da lei de cotas para negros em concursos docentes de universidades federais.** 2019. 335 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/1136/1/VanessaCristinaLourencoCasottiFe>  
Acesso em: 17 jun. 2021.

PENA, G. V. M.; FRIEDRICH, D. B.; SILVA, M. L. da. A Política de cotas étnico-raciais para concursos públicos de ensino superior. *Barbarói*, v. 1, n. 47, p. 125-143, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i47.9575>. Acesso em: 17 jun. 2021.